



O RECONHECIMENTO DO ESTADO PALESTINO, COMO PRÁTICA DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DA AMÉRICA DO SUL¹

Guilherme Augusto B. Carvalho²

Resumo

O presente artigo, visa apresentar rupturas que se consolidaram durante o decorrer da primeira década do século XXI, realizadas por diversos países da América do Sul. Apontando o fato de a maioria dos mesmos terem tomado uma série de decisões independentes daquelas que eram implementadas durante a Guerra Fria. O artigo também aborda o caso do reconhecimento do Estado palestino, por diversos países sul americanos, que contrariam a forma como a política externa era conduzida durante os a segunda metade do século XX. Essa abordagem é feita sob o prisma de análises da política internacional que vigora entre os atores sul americanos e suas relações para com o mundo árabe, e a conjuntura que isso envolve. Analisa-se como esses complexos fatores sociais se formam e como as rupturas são feitas. O artigo também levanta duas questões estruturais: o reconhecimento do Estado palestino se trata de interesse dos Estados, para exercer seu poder de tomada de decisão independente? Ou se trata de uma virada ideológica, que afeta em todos os fatores políticos, para estabelecer uma nova ordem?

Concluimos portanto, que no caso sul americano, o peso ideológico leva diretamente ao á contemplação do interesse dos Estados, pois a virada política interna, acompanha a virada política externa, dessa forma a atuação dos Estados sul americanos, com governos democráticos, no âmbito da política internacional, é buscar uma democracia internacional.

Palavras chave: América do Sul, Pleito palestino, Política independente, solidarismo, reconhecimento.

1. Introdução

A maior participação de países como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Venezuela nos mais diversos temas tratados dentro dos fóruns multilaterais de debate, por chefes de Estado, tem mostrado como a nova forma da América do Sul de fazer política externa tem tomado novos rumos. Rumos esses que tem ganhado credibilidade internacional, e tem aberto o espaço também para as críticas devido a maior consolidação das estruturas democráticas, e a participação da sociedade civil como ator de forte impacto nas decisões estatais. Essa maior transformação se mostra na forma da construção social que a sociedade civil realiza na América do Sul, ao atuar de forma mais decisiva, tendo esse

¹ Este texto é oriundo da pesquisa intitulada: "A participação da América do Sul na formação e reconhecimento do Estado Palestino", sob a orientação do Professor Ms. Danilo Alarcon, Assistente I na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, na coordenação de Relações Internacionais, e coordenador da pesquisa: A identidade coletiva regional no sistema internacional contemporâneo: a América do Sul e os países árabes frente a nova ordem multipolar.

²Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: guilherme@compexcomercial.com.br.

processo sendo explicado nas palavras de Cohen e Arato (1992) pela aproximação da sociedade civil "ao nível institucional de um modo de vida socialmente integrado e hermeneuticamente acessível".

Dessa forma, a democracia passa a ser uma espécie de base para elevar o status dos Estados, ao nível considerável o suficiente, para que tenham voz e inclusão nos fóruns internacionais. Fazendo da democracia, uma "moral internacional". É a necessidade trazer a sociedade civil para os debates estatais. "Hoje observamos que uma série de fatores favorecem, a formação de identidades comuns, como a convergência de valores domésticos (governos democráticos, direitos humanos, bem-estar mínimo); a incapacidade de atingir objetivos de forma unilateral; a intensidade do fluxo de transações" (Herz, 1997, p.3).

A cooperação sul-sul tem sido uma das marcas dessa nova forma de fazer política externa. O interesse do parceiro, tem sido o interesse de todo um grupo, como forma de fazer com que o paradigma do "jogo de soma zero"³ não seja mais o que prevaleça nas relações envolvendo países da América do Sul. E um exemplo claro disso é a participação dos países sul americanos nas discussões, em relação a soberania palestina, e os temas ligados a direitos humanos que antes eram tratados com extrema cautela:

Bull (1977: 83) argumentou que, na recente história do pluralismo da sociedade internacional triunfou sobre solidarismo. Nos últimos séculos, a crença solidarista na primazia do indivíduo, direitos humanos haviam sobrevivido embora de uma forma "underground". Pode até aparecer que os Estados tinham entrado em "uma conspiração de silêncio sobre os direitos, e deveres de seus respectivos cidadãos "(1977: 83). Além disso, a maioria estados - e ex-colônias da Europa desde o fim da Segunda Guerra Mundial Guerra - têm medo de que a lei de direitos humanos pode ser utilizada como um pretexto para interferindo em seus assuntos internos. (Linklater apud Bull. 2005, p. 95. Livre tradução).

O reconhecimento da Palestina como Estado independente, é uma forma de agir de um jeito que mostre á comunidade internacional que é possível cooperar com o surgimento de um Estado, sem necessariamente ter de violar a soberania ainda em construção. Esse subterfugio vindo de Estados como os sul americanos que por sua vez, são ex colônias, tem um peso ainda maior, pelo fato de já terem passado por esse mesmo processo, de formação da identidade nacional, e no fim a formação do Estado.

Para Grovogui (2002) um Estado de uma ordem internacional pós colonial, se livra da subordinação econômica e política moldando seus agentes internos. E para os Estados da América do Sul é fundamental o reconhecimento do Estado palestino, para que seus agentes internos (agentes na palestina) possam possuir legitimidade (substituição de representações, por embaixadas, assim contatos diretos entre os dois atores de direito internacional), abrindo caminho para novas parcerias estratégicas, sejam elas econômicas,

³ Segundo Castro (2012), o jogo de soma zero, é onde um dos atores sai perdendo de um jeito ou de outro. O autor salienta o exemplo da Guerra Fria.

ou políticas bem como suas instituições estatais que ainda estão por surgir. Assim há uma cooperação direta para com a ordem que ainda está por se formar.

Dessa forma, é reconhecido que podem haver interesses nacionais, mas é inegável que uma parceria entre os atores sul americanos, para a formação do Estado palestino, se da pela identidade coletiva entre as ex colônias⁴, para com uma nação sem Estado, e que tem o pleito de também se tornar um Estado independente, possa completar o processo de formação.

2. A Construção Da Política Externa Independente da América do Sul.

A formação, e a tentativa do fortalecimento de blocos nas relações internacionais no século XXI, tem sido uma tendência que tem ganhado lastro. Esses mesmos blocos tem sido formados por afinidades econômicas (ex: G7), geográficas (ex: UE), militares (ex: OTAN), expansão da influência (Brics). No entanto, há blocos que se formam pela identidade ideológica e histórica. Surgem não nos mesmos moldes da Guerra Fria⁵, mas de forma natural, por terem seus interesses convergindo.

Para Pinheiro (2004) o pragmatismo, foi uma das principais causas de aproximação entre os países sul americanos, cujas relações estavam distanciadas por questões de segurança desde os golpes militares durante os anos 60 e 70 do século XX. A autonomia já era buscada, desde os governos militares, porém de forma diferente, á se distanciar de assuntos polêmicos, para evitar alianças indesejáveis, que prejudicassem as relações com os EUA (Pinheiro apud Fonseca, 2004).

A influência dos EUA nos mais diversos níveis se estendia sobre a América Latina, devido a bipolaridade que foi imposta ao sistema internacional durante aqueles anos

No imediato pós-guerra, o Brasil e a América Latina, em geral, ficaram sob a hegemonia norte-americana, quer sob o ponto de vista político, quer sob o econômico e cultural. A influência cultural americana sobre a América do Sul não foi resultado de um processo espontâneo, mas decorreu de um plano deliberado dos EUA no âmbito de uma estratégia mais ampla, formulada no contexto do início da Segunda Guerra Mundial, quando por razões de segurança, careciam da simpatia e, sobretudo, da colaboração do Brasil em especial, e da América do Sul em geral.
(Cervo;Bueno. 2012, p. 289).

As relações diretas na América do Sul, só irão se estreitar, após o ano de 1967⁶ tendo o Brasil como principal protagonista da aproximação, onde segundo Bueno e Cervo (2012)

⁴ Essa identidade nasce, pelo fato de que a cooperação se da justamente com atores mais fracos, e que vem de um passado bastante parecido, o fato de ser colônia aproxima a identificação, e afasta conseqüentemente, dos grandes polos de concentração (suas ex metrópoles).

⁵ Esse molde de blocos seria como o caso do Pacto de Varsóvia, que se formou pela influência da URSS.

⁶ Em 1967 O Brasil era governado por uma Junta Militar, após a morte do General Artur da Costa e Silva, que sofreu um derrame, e veio a falecer alguns meses após. A Junta era composta pelos Generais: Aurélio de Lira Távares, Augusto Hamann, Hademaker, Grünevald e Márcio Sousa Melo. O governo provisório foi de 1966 até 1969.

cria-se a necessidade de estreitar relações em três frentes, em órgãos multilaterais, integração para desenvolver o âmbito regional e cooperação bilateral e intrazonal. Todos os esforços de aproximação, se dão a fim de promover o desenvolvimento na região, assim fazer com que inicie-se um programa de integração não só econômica, mas também política.

Com a chegada do século XXI, especialmente a partir de 2003, essa integração se aprofundou, com a chegada de partidos de esquerda ao poder na maioria dos países da América do Sul

Diferentemente do IAD⁷, setores mais próximos do governo Bush demonstram um grau maior de alarmismo com a evolução política regional. Para Stephen Johnson (2006), os processos eleitorais estão levando à conformação de um eixo anti-americano, em que situa Fidel Castro, Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Evo Morales. Luiz Inácio Lula da Silva, considerado uma ameaça nas vésperas de assumir o governo, fica fora da lista (Ayerbe, 2008, p. 220).

Ao contrário do que se pensava, a chegada do presidente Lula no Brasil, foi como um unificador das propostas, ao se aproximar de países como Venezuela e Bolívia, sem perder a forte parceria com os EUA, assim unificando as propostas:

A visita de Bush ao Brasil, Uruguai, Colômbia, México e Guatemala em março de 2007, pode ser considerada um ensaio de Diplomacia Transformacional. Nos países visitados, para além dos perfis político-ideológicos diferenciados dos seus governos, as coincidências prevalecem sobre as diferenças. Cabe destacar o caso do presidente Lula, cujos laços políticos com Chávez e Morales não impedem seu governo de acordar empreendimentos na área de biocombustíveis com Estados Unidos, cujo objetivo estratégico é reduzir sua dependência do petróleo importado de países considerados não aliados como Venezuela. (Ayerbe, 2008, p. 225).

Nesse mesmo sentido, apesar do não afastamento político brusco do Brasil, nós vemos países como a Venezuela, e a Bolívia que passam a terem um discurso muito menos flexível, sobre o debate com os EUA. Enquanto o Brasil mantinha sua política pragmática. Por outro lado vemos a Bolívia, o Equador e o Peru tentando galgar posições de independência política, e de afastamento dos EUA.

Na Bolívia, no Equador e, em menor grau, no Peru, além do nacionalismo, consolida-se também a emergência das populações tradicionais e indígenas, que passam a ocupar o centro da cena política de seus países. Nesses casos, além da letargia econômica, da demora em atender satisfatoriamente às demandas sociais e da ruptura da hegemonia do assim denominado neoliberalismo, a crise institucional é resultado também do descompasso entre a diversidade de interesses e valores encontrados na sociedade e sua real participação não apenas no Executivo, mas no Estado de um modo geral. Os Andes talvez expressem mais claramente, e com suas particularidades étnicas, o que norteia as mudanças políticas na virada de século na América do Sul, qual seja, o signo da inclusão; o signo de mudanças no sentido de aproximar o Estado da sociedade. Mais do que

⁷ IAD é a sigla para: Inter American Dialogue.

simplesmente superar uma agenda econômica liberal, as mobilizações sociais no Continente procuram se adequar ao seu próprio estilo de vida e tomar conta de seus destinos, participando de maneira mais equilibrada das instituições e decisões nacionais (Lima;Coutinho, 2007 p. 15).

Vemos também, o Uruguai em uma situação bastante parecida, de estreitamento de relações com seus vizinhos:

A ascensão dos governos progressistas de Tabaré Vázquez (2005-2010) e José Mujica (2010-), da Frente Ampla, no contexto da eleição de governos de esquerda e centro-esquerda na América do Sul, ensejou expectativas em torno da orientação a ser tomada pela política externa uruguaia. Seus principais parceiros, Brasil e Argentina, também assistiram a chega de governos de orientação de centro-esquerda ao poder – respectivamente, Lula e Néstor e Cristina Kirchner (Da Silva, 2012, p.1).

Dessa forma, vemos que a América do Sul passa a se aproximar por afinidades ideológicas, e a cooperarem, pelo interesse de Estado, para que o desenvolvimento possa ser mais amplo para ambos os lados.

3. A América do Sul e a partilha da Palestina.

A partilha da Palestina, se deu após a segunda guerra mundial, no ano de 1948. O contexto no qual a partilha aconteceu, contava com um amplo consenso internacional, onde os EUA encabeçaram a “militância” em favor da criação do Estado de Israel. “O sonho do presidente: mudar não só o regime mas uma região: uma área democrática pró-EUA é uma meta que tem raízes israelenses e neoconservadoras” (Mearsheimer; Walt, 2006 p. 25).

A América do Sul, obstante as discussões diretas no plano internacional, se situa como ator coadjuvante⁸. Segundo Gomes (2001), grande parte das potências, assumiram um alinhamento direto às decisões dos EUA. E o Brasil, não era diferente, tinha a clara intenção de se manter alinhado as decisões norte americanas.

O que mais chama a atenção no caso da partilha do território palestino, em relação aos Estados sul americanos, é o fato de terem se comportado de forma totalmente diferente, frente a essa decisão, além de reforçar os argumentos do último capítulo⁹. Segundo Gomes (2001), o Uruguai votou e militou em favor da causa sionista, sendo depois agraciado com diversos “favores” de Israel e do movimento sionista. Ressalta-se ainda a participação da Argentina contra a proposta apresentada pelo bloco á favor da partilha, votando á favor da proposta da liga árabe que pedia uma Estado Palestino único, e posteriormente se abstendo de votar na proposta apresentada em favor da partilha.

⁸ Apesar do fato de Oswaldo Aranha, ex ministro da relações exteriores do Brasil, presidir a Assembleia Geral Das Nações Unidas.

⁹ O argumento de que por questões de geopolítica e segurança regional, as políticas externas não se convergiam, e não havia um debate direto sobre as decisões em âmbito regional.

No final vemos como a proposta dividiu a América do Sul, e não demonstra o menor diálogo entre os atores. Segundo Gomes (2001) na América do Sul, a votação se deu da seguinte forma: contra: nenhuma Estado sul americano. Abstenções: Argentina e Colômbia. Ausentes: Paraguai. À favor: Brasil, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Peru, Equador. A possível causa por nenhum voto contra, seja a influência dos EUA sobre os votos da América do Sul na Assembleia geral. Porém, o que é claro aqui, é que a América do Sul, não votou em bloco, e não se comportou levando em conta uma política regional. Analisando a votação, vemos que a América do Sul, se mostrou um continente extremamente polarizado, e sem diálogo. Cabe ressaltar que essa política, ainda é um resquício da segunda guerra mundial, onde grande parte do continente se comportou esperando se manter beneficiado pelos EUA (caso da hidrelétrica feita com o capital norte americano em Angra dos Reis – Brasil), fazendo assim de suas respectivas políticas externas extremamente atreladas às decisões de Washington, logo políticas externas dependentes.

4. O solidarismo da América do Sul em relação a questão palestina.

O contexto em que as tensões se reproduzem, no século XXI, estão em sua maior parte no Oriente Médio. A questão da partilha do território Palestino, e o não cumprimento das regras estabelecidas, bem como as fronteiras existentes até 1967¹⁰, acirram ainda mais o conflito. Além disso como mostra Gilbert (2005) os Estados árabes não reconheceram o Estado de Israel, e liderados por Nasser (Egito), lutaram e guerrearam em favor da destruição do Estado israelense. Há a necessidade do debate, e de diversas medidas conciliatórias. À partir dos anos 2000 alguns dos países da América do Sul se envolvem de fato no diálogo, e apresentam posições extremamente diferentes daquelas apresentadas em 1948.

O intuito da participação mais incisiva dos países sul americanos no debate, tem diversas razões, e uma das mais enfáticas e ideológicas, talvez seja:

Em alguns casos, a política externa permite que o Estado periférico se retrate como orgulho nacionalista, em que países menos desenvolvidos buscam autodeterminação, integração e até viabilidade doméstica enfatizando seu papel internacional. Tal política externa é construída de forma consensual, vista como legítima e com forte apelo ideológico, como ocorreu com o pan-africanismo, o apoio à causa Palestina e a oposição ao colonialismo e ao regime segregacionista sul-africano conhecido como apartheid (Jaguaribe 2012 apud Moon, 1995 p.194).

¹⁰ Em 1967, o Egito, a Síria e a Jordânia mandaram suas tropas até as fronteiras israelenses, expulsando as forças de paz da ONU e bloqueando o acesso de Israel ao Mar Vermelho. Israel viu essas ações como um *casus belli* para um conflito, iniciando a Guerra dos Seis Dias. Israel conseguiu uma vitória decisiva nesta guerra e capturou os territórios árabes da Cisjordânia, Faixa de Gaza, Península do Sinai e as Colinas de Golã. Desde 1949 a chamada Linha Verde passou a ser a fronteira administrativa entre Israel e os territórios ocupados. As fronteiras de Jerusalém foram ampliadas por Israel que incorporou Jerusalém Oriental.

A ordem internacional por si só não resolve assuntos extremamente complexos como o da autodeterminação, colocando os assuntos de seus mais fortes atores, à frente de ordens básicas. A América do Sul no decorrer do final do século XX, mas mais eficazmente no século XXI, se apresentam como atores solidaristas consensuais internacionais, justamente por as instituições minimalistas não conseguirem resolver os pleitos dos mais diversos povos, assim contribuindo para que assuntos nacionais sejam debatidos no âmbito multilateral, com o intuito de defender, nesse caso, o direito dos Estados resolverem por si suas pendências¹¹ com parcerias estratégicas vindas do exterior, nesse caso o direito de existência. A atuação solidarista ocorre, pela falha no “dever ser”, assim os Estados devem atuar diretamente nos assuntos uns dos outros¹². A construção da ordem deveria visar o reconhecimento mútuo da soberania e a criação de certas regras, entendimentos e instituições minimalistas, planejados para restringir o conflito inevitável a ser esperado em um sistema pluralista e fragmentado (HURRELL, 1996, p.58).

Os mais diversos chefes de Estado, se apresentam da forma solidarista consensual, e convocam o mundo à fazer o mesmo. É o caso de Cristina Fernandez Kirchner, presidenta da Argentina:

A necessidade de reconhecer o Estado da Palestina, como a necessidade e o reconhecimento de que Israel vive dentro de suas fronteiras reconhecidas legalmente desde 1967, são parte fundamental e o cerne fundamental do problema no Oriente Médio. Estamos solidários com a República Argentina, e eu também refletem os interesses de nossa região para responder a algo que vem é chamado por décadas e ainda por razões diferentes e através de diferentes governos, diferentes potências ocidentais têm uma imensa responsabilidade nesta liderança não conseguiram construir. Para Chris Stevens e sua família não haverá primavera árabe, mesmo no verão, mas uma terrível e eterno inverno. (Kirchner, Cristina F. 2013. Livre tradução)

O Uruguai se posiciona da mesma maneira, porém em um setor diferente, ressaltando que apenas aprovar a Palestina como membro observador, é muito pouco:

Para o Governo, a Palestina é a renda do estado e apoio a ONU como membro pleno. "Temos de ser coerentes com o que já fizemos, que é o reconhecimento da Palestina", observou o ministro das Relações Exteriores do Uruguai, em Nova York. Ele também informou que a incapacidade de alcançar a inclusão como observador irá considerar a adição de uma iniciativa pró-Israel como deve garantir a segurança do Estado judeu. O chanceler Luís Almagro, que está participando do Debate Geral das Nações Unidas, em os EUA salientou que todos os países latino-americanos reconhecem o Estado palestino e afirmou que 128 votos, caso contrário, se a questão é levantada na Assembleia Geral será necessário plano B é configurá-lo como membro observador estado de ONU. "Temos afirmado em reuniões com Autoridades palestinas, em reuniões com organizações

¹¹ Para Andrew Hurrell (1996), o “solidarismo consensual” é a fase em que os Estados alcançam as concepções de ordem e tomam medidas mais brandas em relação a intervenções em assuntos que pertencem a outros Estados, mantendo assim a soberania intocada, em seus mais amplos assuntos.

¹² Nesse quesito, vale lembrar que a ONU tem um secretariado próprio de defesa dos Direitos Humanos, justamente para se debater a falta da implementação de política que serviriam como o “moralmente correto” dentro do sistema internacional no âmbito de Direitos humanos. Ou a própria OMC que regula questões de comércio até mesmo bilaterais. Assim as Organizações Internacionais são cada vez mais solidaristas consensuais, ou até mesmo coercitivas.

aqui em Nova York, como o B'nai B'rith. Temos de ser coerentes com o que já fizemos, que é o reconhecimento da Palestina. Para nós é um estado mais e espero venha a ser membro de pleno direito das Nações Unidas. " Caso contrário, a questão a questão foi discutida na Assembleia Geral, onde eles vão votar para o observador eleitoral disse hierarca uruguaio. "Fazemos isso como uma medida para entender positivo e pró-Israel", disse ele, no sentido de que não três requisitos fundamentais que serão necessários para a Palestina e o mundo árabe em geral: a existência de um estado, de segurança e garantias para Israel acabar com o conflito Estado judeu. "Estes são três coisas que devem ser dadas ao Estado de Israel e a definir em futuras negociações", disse ele. Finalmente chanceler Luís Almagro disse é que a negociação entre os dois países, que lhe dará a Palestina os melhores elementos para a inserção na arena internacional. "Este é um backup, um importante passo intermediário que gera uma boa chance e uma legitimidade da Autoridade Palestina". (Almagro, 2011. Livre tradução).

E por fim, o Mercosul estabelece uma relação econômica com a Palestina, a fim de trata-la como um Estado autônomo, assim valorizando suas instituições. Além de contribuir para o desenvolvimento econômico da mesma:

O acordo foi assinado pelos ministros das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota; do Paraguai, Jorge Lara Castro; da Argentina, Hector Timerman; do Uruguai, Luís Almagro, eo ministro das Relações Exteriores palestino, Riyad Al Maliki. Luís Almagro, disse que a assinatura do entendimento com a Palestina, durante a Cúpula do Mercosul XLII ", tem um significado político especial e profunda, pois permite que os laços de cooperação mais forte para gerar novos fluxos de comércio para outras partes do mundo. " ministro das Relações Exteriores do Uruguai acrescentou que "este é um passo muito importante para o bloco regional, que gera uma nova forma de relacionamento entre o MERCOSUL e outras áreas remotas do mundo." por enquanto isso, Al Maliki disse que o tratado "tem uma dimensão muito importante e queria assinar um TLC com a gente reflete seu apoio político. É uma vitória para nós." De acordo com dados da ALADI as exportações do Mercosul para a Palestina aumentou de \$ 103,000 milhões em 2003 para 700 mil dólares no ano passado. Também as importações totalizaram 92.000 dólares para compras feitas apenas pela Argentina. Registros e gráficos Fonte: Presidência da República (Mrree – Uruguai, 2011. Livre tradução).

A implementação de políticas externas independentes na América, levou ao reconhecimento do Estado palestino, como um ato de independência, onde a escolha de fazê-lo, seja por um ato ideológico, ou por interesse de Estado (firmar novas parcerias), passa a ser uma decisão unicamente do ator que reconhece.

5. Reconhecimento do Estado palestino como interesse dos Estados Sul Americanos.

O conflito que assola o Oriente Médio, levou a grande parte dos países integrantes da ONU a realizarem o reconhecimento da Palestina como Estado observador, não membro. Mas boa parte desses países internamente mantém a Palestina ainda não reconhecida como Estado independente, tendo no máximo representações, e não embaixadas. No caso brasileiro, há diversos fatores que impulsionam sua política externa para o apoio ao pleito palestino de ser um Estado reconhecido, com fronteiras de 1967. Um deles é o interesse na

aproximação com os países árabes, e os demais continentes, como uma maior forma de inserção internacional

[...] novos eixos se estruturaram na estratégia de inserção internacional do governo Lula. Segundo o embaixador Antônio de Aguiar Patriota, são três os principais eixos de nossa diplomacia: a. o esforço de relações tradicionais, como aquelas com os vizinhos da América do Sul e Latina e com os importantes parceiros do mundo desenvolvido Estados Unidos, Europa e Japão; b. diversificação de parcerias, especialmente no sentido sul-sul, tanto em matéria política, econômico-comercial e de cooperação técnica²⁷; e c. no plano sistêmico, o empenho em aperfeiçoar o multilateralismo e os processos de governança, tornando-os mais inclusivos, legítimos e eficazes (Brigagão; Fernandes, apud Patriota 2012, 180).

Para a Venezuela o peso ideológico no governo Chávez é um norteador. Mas os interesses do Estado (premissa realista), não ficam fora de suas relações. A aproximação com o mundo árabe, para a Venezuela é fundamental. A Venezuela tem as maiores reservas de petróleo do hemisfério ocidental. O país está em segundo lugar em importância no ramo petrolífero, depois da Arábia Saudita. Segundo dados da OPEP de 2009 extrai 211.7 bilhões de barris. Detém 19,8% das reservas encontradas localizadas na OPEC (OPEC, 2011). Assim a parceria política com o mundo árabe, fortalece sua moeda de barganha para com os EUA, que dependem do petróleo exportado pelos membros da OPEC. Uma vez que parcerias no plano ideológico forem estabelecidas, entre Venezuela e Liga árabe, os EUA teriam um sério problema para com suas relações.

O emprego da base ideológica nesse caso, por si só constitui uma forte arma do Estado Venezuelano, concentrada na imagem de Hugo Chávez. Hugo Chávez trouxe para si a imagem de protetor dos mais fracos, não só dentro da Venezuela, onde seu apelo com as camadas mais pobres da sociedade se encontram, mas também na sociedade internacional onde suas amizades foram traçadas nem tanto pela conveniência, mas pelo apelo ideológico. Isso é provado no fato de o presidente Chávez ter cortado relações em 2009 com Israel (após nova ofensiva contra a faixa de Gaza), e ter uma amizade pessoal declarada ao então presidente iraniano Mahmoud Ahmedinajad, também conhecido como o "maior inimigo de Israel".

E como resultado de uma política voltada para a defesa dos interesses dos países menos desenvolvidos, e embates com as grandes potências, Chávez conseguiu despertar grande simpatia do mundo muçulmano, mas especialmente de países árabes como a Síria, Líbano e a Palestina. A revista eletrônica da Reuters (2013) apresenta um comentário do presidente sírio Bashar al-Assad, sobre a morte do presidente venezuelano, dizendo que era "uma grande perda para mim pessoalmente, e para o povo da Síria". Já na Palestina o comentário não foi diferente. Nabil Shaat, um dos principais líderes do Fatah, como mostra a BBC (2013), comentou, "a Palestina se despede de um amigo leal que defendeu apaixonadamente nosso direito à liberdade e à autodeterminação". Dessa forma, a ideologia

foi a própria estratégia que Chávez encontrou, para que o Estado ganhasse relevância dentro do sistema internacional.

O Chile, por sua vez também tem investido atualmente no contato direto com países do hemisfério sul, segundo Santarosa (2012), a investidas tem se direcionado principalmente ao pacífico sul, África e países árabes. O Uruguai, por sua vez, também realiza uma aproximação estratégica de inserção com os países Árabes, após o começo do governo de José Mujica. No seu governo busca a união da América do Sul, incentivou a internacionalização das empresas brasileiras, aprofundou o relacionamento com os árabes e africanos, tornou o Estado um mediador no plano multilateral e virou um ator independente de fato, tendo como objetivo primordial uma cadeira permanente no conselho de segurança da ONU (Becard 2009). Argentina e Uruguai mantiveram a América Latina e os Estados Unidos como espaços fundamentais de suas relações políticas, sendo que a maioria das relações com outros países ocorreu por meio de iniciativas de caráter multilateral como as Cúpulas entre a América do Sul e a África e entre América do Sul e Países Árabes (Budini 2011).

E como resultado dessa aproximação, realizou-se em Brasília, nos dias 10 e 11 de maio seguintes, a primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, em que 22 representantes de governos árabes e doze sul-americanos puderam discutir perspectivas para o fortalecimento dos laços políticos, culturais e econômicos das duas regiões (Coutinho; Lima, 2012, p.126).

6. Conclusão

A Palestina, no decorrer do século XX, tem sido constantemente vista como o problema maior no Oriente Médio. A América do Sul, no mesmo período, era enxergada como um continente sem representação política efetiva. Mas através de esforços engendrados nas Organizações Internacionais, e até mesmo nas relações bilaterais, foi possível haver uma maior atuação política em favor da causa.

Assim, Também é notado o surgimento de ativismo político até mesmo nas altas cúpulas nacionais, vindo de dentro dos países sul americanos em favor do pleito palestino, justamente pela identificação e o solidarismo com a causa palestina. A identidade é um elemento que remete aos sul americanos, o passado colonial, onde não podiam lutar pelos direitos, até mesmo pela falta da democracia. Esse fator ocorre principalmente nos países andinos, onde a colonização foi bem mais brutal. E o solidarismo se solidifica, pela mudança de que é engendrada nas políticas externas sul americanas, com a chegada de partidos com um maior apelo democrático ao poder, assim sendo executada uma política externa de defesa da democracia, e do direito à autodeterminação dos povos.

O que se nota durante o artigo, é que a forma como a política externa na verdade, não foram fatores exógenos que influenciaram no apoio dos países sul americanos, ao pleito de reconhecimento do Estado palestino mas sim os fatores endógenos, construídos socialmente dentro de cada Estado, que levaram a uma mudança efetiva de política internacional. Essas mudanças conduziram a um diálogo mais aprofundado com o mundo árabe, e assim desenvolvendo formas de ajudas mútuas, onde a ideologia levou o interesse de Estado a ser contemplado, principalmente nos casos brasileiro e venezuelano.

De forma geral, a Palestina conta com um apoio efetivo de um continente que se abre para novas perspectivas dentro do sistema internacional, e que busca acima de tudo o respeito aos direitos do povo palestino, para que possam ter sua soberania, e que ela possa ser respeitada. Busca-se ainda a instalação da democracia como forma justa para o povo, e que possam se desenvolver através de parcerias estratégicas a níveis político, econômico e social.

Bibliografia

- ALMAGRO, Luís. *Canciller Luis Almagro respaldó inclusión de Palestina como miembro de las Naciones Unidas*. Montevidéo – Uru, (2011). Disponível em: <http://mrree.gub.uy/frontend/page?1,inicio,ampliacion-ppal,O,es,0,PAG;CONC;73;3;D;canciller-luis-almagro-respaldo-inclusion-de-palestina-como-miembro-de-las-naciones-unidas;1;PAG> > acessado em: 24 de junho de 2014.
- AYERBE, Luis Fernando. *Governos de Esquerda na América Latina e a Perspectiva Da Política Externa Dos EUA*. (2008), Observatório de Política Sul-americana (OPSA/IUPERJ), São Paulo.
- BARRETO, Fernando de Mello. *A Política Externa Após a Redemocratização Tomo II – 2003-2010*. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília – Df, 2012. ISBN: 978-85-7631-382-3.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. *Relações Exteriores do Brasil Contemporâneo*. (2009) Editora: Vozes. Petrópolis-RJ.
- BRIGAGÃO, Clóvis; FERNANDES, Fernanda. *Diplomacia brasileira para a paz*. (2012) Editora: Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília – Df, ISBN: 978857631-389-2.
- BUENO, Clodoaldo; CERVO, Luis Cervo. *História da política exterior do Brasil*. (2012) Editora: Universidade de Brasília, 4ª edição, Brasília – Df. ISBN: 978-85-230-1287-8.
- CASTRO, Thalles. *Teoria das Relações Internacionais*. (2012) Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. ISBN: 978-85-7631-375-5.
- COUTINHO, Marcelo Vasconcelos; LIMA, Maria Regina Soares. *A Agenda Sul Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI*. (2012) Editora: Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília – Df. ISBN: 978-85-7631-081-5.
- DA SILVA, Roberta Rodrigues Marques. *A política externa do Uruguai no período recente: as teorias das relações internacionais e os dilemas de um estado pequeno*. (2012) IV Congresso de Relaciones Internacionales, São Paulo – Sp.

- FEINBERG Richard.; WAISMAN, Carlos H.; ZAMOSC, Leon. *Civil Society and Democracy in Latin America*. (2012), Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. ISBN 1403972281.
- FLINT, Guila. *Israel e palestinos têm reações opostas à morte de Chávez*. BBC Uk, (2013). Disponível em: <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130306_chavez_reacoes_israel_palestinos_guila_rw.shtml>. Acessado em 26 de junho de 2014.
- GILBERT, Martín. *The Routledge Atlas of the Arab–Israeli conflict*. (2008) Editora: Routledge, ISBN 978-0-41535-900-9, 2005.
- GROVOGUI, Sibán. *Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition*. (2002) Baltimore, MD, USA: European Journal of International Relations, ISBN 83-315–338-02672-00, Vol. 8.
- HERZ, Mônica. *Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria*. (1997) Rio de Janeiro, Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200006> acessado em: 20 de junho de 2014.
- HURREL, Andrew; Vattel: “*Pluralism and its limits*”. (1996) In Ian Clark & Iver Neuman eds. *Classical Theories of international relations*. Macmillan.
- JAGUARIBE, Helio. *Brasil, Mundo e Homem na Atualidade*. (2008) Editora: Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília – Df. ISBN: 978-85-7631-135-5.
- KIRCHNER, Cristina Fernandez. *Discursos: 67º Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de setembro de 2012*. Disponível em: <enaun.mrecic.gov.ar/content/discurso-de-la-presidenta-cristina-fernandez-de-kirchner>. Acessado em 24 de junho de 2014.
- MERSHEIMER, John; WALT, Stephen. *O LOBBY DE ISRAEL*. (2006) London review of books, Londres – Ing.
- ORGANIZATION OF THE PETROLIUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). *Boletim Estatístico Anual da OPEP*. Riad, (2011). Disponível em: <www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm>. Acessado em: 25 de junho de 2014.
- PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira (1889-2002)*. (2004) Editora Zahar, Rio de Janeiro, ISBN 85-7110-811-0.
- REUTERS, Thomson. *Presidente Sírio Diz Que Morte De Chávez É Perda Pessoal*. Reuters, (2013), Disponível em: <br.reuters.com/article/worldNews/idBRSP92508S20130306>. Acessado em 26 de junho de 2014.
- SANTAROSA, Felipe Costi. *Rivalidade e Integração nas Relações Chileno Peruanas: implicações para a política externa brasileira na América do Sul*. (2012) Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília – Df. ISBN: 978-85-7631-392-2.